

# A CONSTRUÇÃO SOCIAL DA MASCULINIDADE

Maria Danielly Franchini de SOUZA<sup>1</sup>  
Giovana ALTOMAR<sup>2</sup>  
Sílvia Helena MANFRIN<sup>3</sup>

**RESUMO:** O presente artigo visa discutir a masculinidade sob uma perspectiva de gênero, abrangendo o processo socialização como instância central de internalização e reprodução dos valores, papéis sociais, hierarquias oriundos da construção social, cultural e histórica da masculinidade. Trata-se da discussão de um tema de relevância social, tendo em vista que a construção social da masculinidade hegemonicamente reproduzida pelos sujeitos impacta sobre diversas dimensões das relações sociais e contribui para a permanência e o acirramento das desigualdades de gênero existentes na realidade social. A metodologia utilizada para a realização do presente estudo foram a pesquisa bibliográfica e eletrônica e o Método Histórico Dialético.

**Palavras chaves:** Gênero. Masculinidade. Socialização. Papéis sociais.

## 1 Introdução

O presente artigo tem por objetivo realizar uma análise sobre a masculinidade na perspectiva dos estudos de gênero, buscando compreender o processo de socialização de homens e mulheres abordando os papéis sociais instituídos socialmente e historicamente para cada gênero.

O objeto a ser discutido é a masculinidade como construção social e seus reflexos na identidade de homens e nas relações sociais estabelecidas entre os gêneros.

Primeiramente, torna-se essencial compreender a categoria gênero a partir de aspectos conceituais para início da discussão desta temática. Posteriormente será discorrido sobre a masculinidade enquanto espaço simbólico socialmente construído, permeada por relações de poder, e

---

<sup>1</sup> Discente da PÓS Graduação: "Gestão do Trabalho Social com Famílias" do Centro Universitário Toledo Prudente.

<sup>2</sup> Discente da PÓS Graduação: "Gestão do Trabalho Social com Famílias" do Centro Universitário Toledo Prudente

<sup>3</sup> Docente da PÓS Graduação: "Gestão do Trabalho Social com Famílias" do Centro Universitário Toledo Prudente.

ainda que indica os papéis sociais e comportamentos a serem desempenhados pelo gênero masculino demandados para o seu reconhecimento na esfera social.

Os termos situados acima que serão abordados no decorrer deste texto referem-se à construção de diferenças de ordem social e cultural à base das diferenças biológicas naturais, tais diferenças sociais são influentes na construção da identidade masculina e atribuem socialmente papéis a homens e mulheres.

Perante tais considerações, observa-se que a masculinidade e a feminilidade não são características típicas, inatas e naturais de homens e mulheres, mas fazem parte do processo de socialização de ambos e determinam a aceitação e inclusão dos sujeitos na sociedade. Além disso, influenciam sobre a formação da identidade do indivíduo e a percepção de si mesmo enquanto pertencente de um “gênero”.

Assim, durante a infância por meio do processo de socialização o sujeito aprende conteúdos para reproduzir comportamentos, atitudes, valores e ações culturalmente considerados adequados para seu gênero, ocorrendo muito cedo a construção da identidade de gênero. Neste sentido, a sociedade contemporânea por meio de diversos mecanismos, como a família, a escola, religião, comunidade e a mídia, faz parte deste processo de socialização de construção da masculinidade.

Trata-se da discussão de um tema significativo, tendo em vista que analisar a masculinidade a partir das concepções de gênero reproduzidas pelos homens diz respeito à identidade que vai se constituindo por meio das relações sociais e como esta se afirma como modelo idealizado e referência para se pertencer a um gênero.

A pesquisa realizada possui abordagem qualitativa e explicativa, o método de análise utilizado para realização da pesquisa foi o materialismo histórico dialético, pelo qual foi possível visualizar o amplo conjunto das relações sociais, as determinações, complexidades e contradições presentes na realidade social, tendo como base a pesquisa bibliográfica e eletrônica.

## **2 Gênero: Aspectos conceituais**

O termo Gênero tem sido desenvolvido no interior das discussões do conjunto das relações sociais voltado a uma análise crítica das construções e representações sociais, históricas e culturais na perspectiva de compreender a assimetria, hierarquia e desigualdade entre os sexos, existentes na realidade social. Segundo Bruschini em Tesouro para Estudos de Gênero, a categoria gênero se refere ao:

Princípio que transforma as diferenças biológicas entre os sexos em desigualdades sociais, estruturando a sociedade sobre a assimetria das relações entre homens e mulheres. Usar “gênero” para todas as referências de ordem social ou cultural, e “sexo” para aquelas de ordem biológica. (1998, p.89)

Trata-se do desvelamento de traços históricos advindos do patriarcalismo que historicamente, socialmente e culturalmente é caracterizado por relações de poder assimétricas entre os homens e as mulheres que configuram as disparidades dos direitos, oportunidades e papéis na sociedade. Dessa forma, o termo gênero representa uma relação social na qual as concepções de masculino e feminino integram significações, atributos e classificações conforme valores e hierarquias instituídos socialmente.

Conforme Soares (2004, p.113): “As diferenças de gênero são constituídas hierarquicamente: a construção social do ser homem tem um maior status que a construção social do ser mulher”. Assim, para além da diferença biológica dos sexos, o conceito gênero diz respeito à construção social das noções de feminino e masculino que atribuem papéis diferentes na sociedade e definem as relações de poder entre homens e mulheres, influenciando nas diversas dimensões das relações sociais, como na organização familiar e na divisão sexual do trabalho.

## **4 A construção social da masculinidade**

A masculinidade pode ser compreendida com um desdobramento da categoria gênero, enquanto espaço simbólico que aponta atitudes, comportamentos, sentimentos, ações a serem seguidas como modelo hegemônico imposto socialmente e culturalmente para referência e afirmação da condição de homem na sociedade burguesa.

Segundo Muraro apud Lyra (2011, p.79) nos primórdios da sociedade primitiva existia a família matriarcal, na qual permeavam relações igualitárias, a poliandria e poligamia, o direito inicial materno, a supremacia da linhagem materna, igualdade e valorização nas relações com as crianças. Neste período, os seres humanos sobreviviam da coleta de vegetais e da caça de pequenos animais, não existiam fronteiras entre as esferas do público e o privado, uma vez que a existência de cada um dependia do grupo. Neste momento, não existia hierarquização entre homens e mulheres, pois havia uma valorização social da mulher pela geração da vida, sendo a estrutura familiar centrada na figura da mãe.

Entretanto, as modificações ambientais tornaram a atividade de coleta insuficiente, sendo necessária a caça de animais de grande porte e a luta por territórios e alimentos devido à sua escassez, sendo fundamental para a subsistência o uso da força física.

De acordo com Engels (1986, p.6), com a conquista de maior grau de domínio e o surgimento de técnicas agrícolas do homem sobre a natureza, e conseqüentemente o surgimento da propriedade privada devido ao aumento de rendimento e das riquezas do homem, tais fatores incidiram sobre a configuração da estrutura familiar delineando a formação da família patriarcal caracterizada pela supremacia masculina, fortemente marcada pela submissão das crianças e da mulher ao homem, afirmou-se culturalmente a superioridade do homem em relação à mulher e a desigualdade das relações sexuais (mulher monogamia e homem poligamia) diante da necessidade do homem reconhecer a legitimidade de sua filiação, ou seja, os herdeiros de suas riquezas.

Nesse contexto, a função do cuidado, da criação e educação do filho ficaram designadas às mulheres, enquanto o âmbito de atuação masculina voltado à esfera pública, tendo como exigência uma postura de enfrentamento dos riscos e dificuldades na administração e produção de riquezas para

garantia do sustento familiar. Assim, essa polarização afastou as possibilidades de participação feminina nas decisões políticas, restringindo-a aos homens, situando às ações das mulheres na esfera privada familiar.

De acordo com Lyra, na formação do homem foram construídos mitos e paradigmas em torno da masculinidade (2011, p.79): “acreditou-se que os homens não precisavam dar atenção à saúde, já que, sendo símbolos de virilidade, força e racionalidade, não constituiriam alvo fácil de fraquezas, como as doenças” e ainda “os homens eram agressivos, pouco cooperativos e irresponsáveis, o que contribuía para um menor cuidado, seja com a sua própria saúde, seja com a de terceiros”.

Nesse prisma, Silva (2006, sem pag.) ressalta que características como coragem, firmeza, valentia foram associadas ao masculino e consideradas qualidades que constituem e gravitam sobre o gênero masculino. Diante disso, pode-se observar que tal paradigma perdura-se na contemporaneidade reforçando condutas de enfrentamento do limite como referência de masculinidade, acarretando o aumento de acidentes, uso abusivo de substâncias psicoativas lícitas e ilícitas, homicídios.

No âmbito do trabalho remunerado, observa-se que esta atividade produtiva se constitui como base da respeitabilidade do homem na sociedade e na organização familiar, associado a segurança e a autonomia. A perda do emprego representaria a diminuição da sua masculinidade enquanto figura provedora do lar diante do próprio sujeito como do seu núcleo familiar, podendo provocar até a ruptura do laço conjugal.

No aspecto relacional atividades de cuidado são remetidas ao “universo feminino”, visto que a socialização via educação familiar e escolar enfatiza que o cuidado esteja presente na postura das meninas por meio de cobranças, incentivos e também da participação da mídia. Contraditoriamente, aos meninos são incentivadas brincadeiras no espaço da rua que exigem esforço físico, voltadas à competição e enfrentamento de riscos, a contenção de seus sentimentos e afetos.

Essa naturalização de papéis sociais compreende em si representações da imagem masculina e feminina, em que homens e mulheres

reproduzem a ordem sociocultural em que encontram inseridos, a desigualdade e hierarquia das relações de gênero.

A masculinidade e a feminilidade são socialmente construídas, portanto, estão relacionadas à educação, aos valores e costumes transmitidos durante o processo de socialização, enquanto espaços simbólicos e orientam a construção de identidade em diversos segmentos sociais.

Submetidos à socialização, os homens fazem a aprendizagem dos papéis sociais sem se perceberem como vítimas da relação assimétrica entre os gêneros e representam esta hierarquia e dominação. Segundo Bourdieu:

Seria necessário enumerar todos os casos em que os homens mais bem-intencionados (a violência simbólica, como se sabe, não opera na ordem das intenções conscientes) realizam atos discriminatórios, excluindo as mulheres, sem nem se colocar a questão, de posições de autoridade, reduzindo suas reivindicações a caprichos, merecedores de uma palavra de apaziguamento ou de um tapinha na face, ou então, com intenção aparentemente oposta, chamando-as e reduzindo as, de algum modo, à sua feminilidade(2002, p.75).

A naturalização desta violência simbólica contribui para a legitimação das desigualdades sociais, das relações de poder, da discriminação e limitação da representação das mulheres nas diversas esferas como a familiar, social, econômica e política. No entanto, as construções sociais relativas ao gênero são históricas e não podem ser entendidas como naturais e imutáveis, pois não se referem às diferenças biológicas, mas são invenções socialmente elaboradas sobre estas.

Observa-se sob a perspectiva de gênero que a vida não é vivida da mesma forma por homens e mulheres, pois o acesso destes aos recursos de ordem cultural, econômica e social é desigual, perante isso, verifica-se que a categoria gênero se constitui como uma dimensão decisiva para a construção da igualdade social.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

No decorrer do presente paper foi realizada uma leitura sobre a categoria gênero abordando a masculinidade como seu reflexo, incluída em um

contexto complexo que abrange dimensões culturais, sociais e subjetivas. Nesta perspectiva, compreendemos que estas dimensões são reproduzidas na família, no trabalho, na organização política e econômica, como uma construção social, cultural e histórica imbuída de símbolos e representações que impõem atribuições e hierarquizam valores em torno da figura masculina.

Entretanto, é importante considerar que a masculinidade não consiste em apenas uma formulação cultural, visto que se constitui como um processo de construção social frágil e disputado, do qual são realizadas cobranças sociais, no entanto cada indivíduo assume a masculinidade de um modo singular neste universo, não internalizando atributos como uma produção em série, coexistindo sujeitos que se situam ao redor do modelo hegemônico.

É nesta realidade contraditória e dinâmica que se opera a flexibilização da concepção hegemônica da masculinidade reproduzida e desempenhada pelos sujeitos, possibilitando uma abertura para a ampliação quanto aos sentidos e significados atribuídos ao masculino, existindo um potencial para a mudança que demanda a discussão e revisão das formas de socialização como base para transformações sociais mais profundas.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. 2012. 11º Ed. Rio de Janeiro. Disponível em: <<https://edisciplinas.usp.br/mod/resource/view.php?id=1577826>.> Acesso em: 23. Junho. 2017.

BRUSCHINI, Cristina. **Tesouro para Estudos de gênero e sobre mulheres**. Fundação Carlos Chagas Editora, 1998. Disponível em: <http://www.fcc.org.br/conteudos especiais/tesouro/arquivos/TPEDGESM.pdf>. Acesso em: 23. Junho. 2017.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. 3. ed. São Paulo: Global, 1986.

LYRA, Jorge. **Homens e cuidado: uma outra família?** In: ACOSTA, Ana Rojas; VITALE, Maria Amalia Faller (Orgs.). **Família: redes, laços e políticas públicas**. 5º Ed. São Paulo: Cortez, Instituto de Estudos Especiais da PUC-SP, 2010.

MURARO, Rose Marie. **Homem/Mulher: início de uma nova era**. Rio de Janeiro. Artes e Contos. 1994.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **Gênero, patriarcado, violência**. 1º Ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.



SILVA, Sérgio Gomes. **A crise da masculinidade: uma crítica à identidade de gênero e à literatura masculinista**. 2006. IN: Scielo, Revista Psicologia e Ciência. Disponível em: <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1414-98932006000100011](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932006000100011)> Acesso em: 23. Junho. 2017.

SOARES, Vera. **Políticas públicas de enfrentamento das desigualdades de gênero nos governos locais**. In: Palestra proferida no Seminário Nacional de Coordenadorias da Mulher. (Organizado pela Coordenadoria Especial da Mulher, Prefeitura do Município de São Paulo, na URBIS – Feira e Congresso Internacional de Cidades. São Paulo, 2004. Disponível em: <http://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/05630.pdf>. Acesso em: 23. Junho. 2017.